



TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÃO PAULO

Registro:2017.0000069238

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 0007658-22.2016.8.26.0000, da Comarca de Rosana, em que , é investigado SANDRA APARECIDA DE SOUZA KASAI (PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ROSANA).

ACORDAM, em 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Diante das condições discriminadas no v. Acórdão, determinaram a remessa dos autos à Comarca de origem, para as providências cabíveis. V.U." de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MARCO ANTONIO MARQUES DA SILVA (Presidente sem voto), MACHADO DE ANDRADE E JOSÉ RAUL GAVIÃO DE ALMEIDA.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2017

Ricardo Tucunduva
RELATOR
Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÃO PAULO

INQUÉRITO POLICIAL Nº 0007658-22.2016.8.26.0000

COMARCA DE ROSANA

**INVESTIGADA: SANDRA APARECIDA DE SOUZA KASAI (PREFEITA DO
MUNICÍPIO DE ROSANA)**

VOTO Nº 34.837

Trata-se de Inquérito Policial, instaurado para apurar a conduta de **SANDRA APARECIDA DE SOUZA KASAI**, Prefeita Municipal de Rosana, que teria dispensado e inexigido licitação fora das hipóteses previstas em Lei, deixando de observar as formalidades pertinentes às dispensas e inexigibilidades.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÃO PAULO

A autoridade policial solicitou dilação de prazo para a conclusão do Inquérito Policial (fl. 92), e os autos foram remetidos a esta Corte.

É o relatório.

Conforme consta da pesquisa realizada no *site* do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral que fiz juntar aos autos, **SANDRA APARECIDA DE SOUZA KASAI** não foi reeleita em 2016, e não é mais a Prefeita Municipal de Rosana.

Assim, não mais faz jus ao foro por prerrogativa de função, que determinava a competência deste Egrégio Tribunal de Justiça para a apreciação do caso, cabendo, agora, ao Juízo daquela Comarca de Rosana prosseguir na realização do julgamento.

Nesse sentido é a orientação pretoriana que adoto:

“Inquérito Policial. Crime supostamente praticado pelo Prefeito. Prefeito não foi reeleito nas Eleições de 2012, término do mandato. Cessação do foro especial por prerrogativa de função. Ocorrência. Remessa dos autos ao Juízo de Primeiro Grau para



TRIBUNAL DE JUSTIÇA SÃO PAULO

**prosseguimento do feito. Medida adotada de
ofício.”** (TJSP - 12ª Câmara Criminal -
Inquérito Policial nº
0274860-71.2012.8.26.0000 - Relator
Desembargador PAULO ROSSI -
Julgamento realizado em 25/JUN/2014).

Nestas condições, remetam-se os autos à
Comarca de origem, para as providências cabíveis. Anote-se.

RICARDO CARDOZO DE MELLO TUCUNDUVA
Desembargador Relator